

Márcio Moreira Alves

■ DE BRASÍLIA



Setembro negro

Mar de almirante, vento de popa, por enquanto tudo às mil maravilhas. A ação combinada do Exército, do Banco do Brasil e do sistema bancário foi um exemplo de eficiência que poucos países do mundo repetiriam. No dia 1º de julho todos os milhões de contas à vista e as aplicações financeiras estavam convertidos na nova moeda. Não houve afobação nem corre-corre para livrar-se da moeda antiga, tornando desnecessário o plantão de fim de semana das agências bancárias. Quem dera a Rússia ter feito a troca de rublos com o mesmo êxito.

A aceitação do real foi tão boa que impulsionou a candidatura Fernando Henrique Cardoso lá para o alto das intenções de votos. No primeiro dia útil, aquela surpresa: o Banco Central não atuou no mercado de câmbio e o dólar foi trocado por 93 centavos. Houve quem empinasse o peito com orgulho de Copa do Mundo: temos uma moeda de deixar os americanos com inveja!

A euforia da vitória começa a ser substituída pela preocupação entre os membros da equipe econômica. Os mais pessimistas contam a história do sujeito que caiu do trigésimo andar e até o segundo achava estar tudo bem. Os letrados, e todos os são, pelo menos em inglês, citam o verso inicial de T. S. Eliot no poema "The Waste Land": **"April is the cruelest month"**. Atribuem o erro às estações invertidas do Hemisfério Norte. Aqui no Sul, o mês mais cruel seria setembro.

As pressões acumulam-se. Logo no dia 5, haverá a reunião dos ministros militares e do ministro da administração federal com o pessoal do Tesouro, para estabelecer o percentual do aumento do funcionalismo civil e militar, que já não pode esperar mais. Segundo a nova lei salarial do funcionalismo, o pagamento deve ser feito até o segundo dia útil após o dia 20 de cada mês. Em consequência, a despesa extra será contabilizada na inflação do mês.

A 15 de setembro deverá sair o cálculo da primeira "inflação limpa" em reais, ou seja, a que não estará mais contaminada pelos aumentos de preços em cru-

zeiros reais. Portanto, o público terá a percepção exata das perdas que acaso tiverem ocorrido na nova moeda.

Fatalidade sazonal: setembro marca o auge da entressafra de inverno. É quando a escassez aumenta o preço do milho e da carne, que empurra para cima o do frango e do porco, e por aí afora. Membros da classe dominante — que ainda não reaprendeu a andar com dinheiro no bolso — os economistas do Governo não têm a menor idéia do que sejam cinco reais. Aham que o novo salário-mínimo, a vigorar em setembro, pode produzir uma pressão de demanda sobre os preços. Cheios da grana, os 11 milhões de aposentados que recebem o mínimo acorrerão aos supermercados para tirar a barriga da miséria, imaginam eles.

Ameaça muito mais séria: as datas-base que caem em setembro: bancários, petroleiros, economiários, que são categorias profissionais organizadas nacionalmente e com grande capacidade de mobilização. Os telefônicos, cuja data-base é em dezembro, reivindicam passá-la para setembro também. Ninguém sabe como serão essas negociações, nem que carga de belicosidade a elas emprestará a CUT.

Finalmente, há o **efeito bye-bye**. Fim de governo facilita o atendimento de reivindicações imediatas no Palácio do Planalto e cega o olho de ver longe. O presidente Itamar estará pensando não só em colocar os amigos em bons lugares. Estará, também, preocupado com a sua popularidade, tentado a flexibilizar decisões estratégicas impopulares, o que preocupa os economistas. O Orçamento de 1994 estará, finalmente, aprovado pelo Congresso e as pressões por créditos extraordinários podem tornar-se intoleráveis. E o mercado, deus totem dos neoliberais, andará à borda de um ataque de nervos, com a proximidade das eleições.

Por via das dúvidas, Celi-
na Amaral Peixoto e suas
companheiras do comitê
pluripartidário pró-Fernan-
do Henrique estarão pen-
sando em uma ida aos Bar-
badinhos.